

# PROJETO DE LEI Nº 914/2024

## (Do Deputado Joaquim Passarinho)

*Institui o Programa Mobilidade Verde  
e Inovação – Programa Mover.*

### Emenda Modificativa de Plenário

Revoga-se o inciso II do artigo 31 do Substitutivo apresentado e inclua-se onde couber o seguinte artigo:

*“Art. Modifica-se o artigo 2º do Decreto-lei nº 1.804, de 03 de setembro de 1980, e renumera o parágrafo único para se tornar o § 1º, para a fazer constar a seguinte redação:*

*‘Art. 2º .....*

*II - dispor sobre a isenção do imposto de importação de uma única compra semestral de bem que integre remessa postal internacional no valor até cinquenta dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas, quando destinado a pessoa física mediante identificação via Comprovante de Situação Cadastral – CPF ativo.*

*§ 2º O despacho aduaneiro de importação de bens integrantes de remessa postal ou de encomenda aérea internacional, destinada a pessoa física, cuja compra tenha ocorrido por meio de comércio eletrônico transfronteiriço realizado por empresas, nacionais ou estrangeiras, estará sujeito ao pagamento de imposto de importação, de forma que seja assegurada a isonomia tributária, com alíquota não inferior a 60% (sessenta por cento).*

*§ 3º. Para as empresas que tenham aderido a programas de conformidade do Governo Federal, o imposto de importação terá alíquota não inferior a 45% (quarenta e cinco por cento).’ ”*



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui como objetivo regular a aplicação da isenção de impostos sobre as mercadorias vendidas por pessoas físicas ou jurídicas em plataformas de comércio eletrônico transfronteiriço à pessoa física, no caso de remessas postais ou encomendas aéreas internacionais, ao impor como limite uma única compra realizada por semestre no valor de até cinquenta dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas.

Dessa forma, o despacho aduaneiro de importação de bens provenientes de remessas postais ou encomendas aéreas internacionais, destinados a pessoas físicas e adquiridos por meio de comércio eletrônico transfronteiriço, seja por empresas nacionais ou estrangeiras, estará sujeito ao pagamento de imposto de importação, garantindo assim a igualdade tributária, com uma alíquota não inferior a 60%.

Para as empresas que aderirem aos programas de conformidade do Governo Federal, a alíquota do imposto de importação não será inferior a 45%.

Desse modo, a emenda em questão é crucial, pois visa regulamentar o comércio eletrônico transfronteiriço, especialmente diante do crescimento do comércio eletrônico internacional, garantindo transações transparentes e justas. Além disso, a emenda busca assegurar a equidade tributária, evitando disparidades entre produtos adquiridos internacionalmente e no mercado interno, bem como estimula o comércio nacional ao estabelecer uma alíquota de imposto de importação significativa

Sala das Sessões, 06 de maio de 2024

---

**Deputado Joaquim Passarinho**  
**PL/PA**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Infoleg - Autenticador

## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Altineu Côrtes)**

Emenda de Plenário a Projeto  
com Urgência - PL 914/2024

Assinaram eletronicamente o documento CD249480562800, nesta ordem:

- 1 Dep. Altineu Côrtes (PL/RJ) - LÍDER do PL
- 2 Dep. Kim Kataguirí (UNIÃO/SP) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB  
CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249480562800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Altineu Côrtes e outros

Apresentação: 07/05/2024 18:43:39.277 - PLEN  
EMP 27 => PL 914/2024

**EMP n.27**